**ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2023.**

**PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ**

**1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO (em exercício)**

**2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)**

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES. JOSÉ ANTÔNIO, JÚLIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 14/23 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 275/19, 174/21, 62/21 e 197/21, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.672 a 9.675/23; Projetos de Indicação n.s 65 e 66/23 do vereador George Reis, 67/23 do vereador Maurício Trindade e 68/23 do vereador Sílvio Humberto; Projeto de Resolução n. 13/23 da Mesa Executiva; Requerimentos n.s 136/23 do vereador Augusto Vasconcelos e 137/23 do vereador Carolino;

Requerimentos de Utilidade Pública n.s 19/23 do vereador Ricardo Almeida, 20/23 do vereador Isnard Araújo e 21/23 do vereador Edvaldo Brito; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Sílvio Humberto expressou pesar pelo falecimento do arte-educador Marcos Cândido, cofundador do Projeto Axé, cujo perfil enalteceu. Pediu um minuto de silêncio, o que foi deferido e cumprido. No **Pinga-Fogo**, o vereador Hélio Ferreira apresentou a situação difícil dos rodoviários egressos da empresa de ônibus CSN. Comentou sobre Projeto seu e do vereador Tiago Ferreira sobre esse segmento e explicou as dificuldades técnicas que obstavam a fruição dos direitos desses trabalhadores. Comentou sobre a campanha salarial dos rodoviários, em curso no momento, expondo os pontos que eram discutidos e os pontos ainda não cumpridos pela Prefeitura. Informou audiência pública sobre a tarifa-zero na Cidade, explicando que ela já era adotada em outros lugares e afirmando que trazia ganhos para muitos. O senhor presidente parabenizou o orador e expressou preocupação com a possível extinção da função de cobrador em caso de tarifa-zero. Pela ordem, o vereador Hélio Ferreira informou Projeto para uma nova função, nos ônibus, que absorveria os atuais cobradores. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa parabenizou o senhor presidente pela abertura dos portões da CMS. Contou ter recebido moradores de Valéria que denunciaram destruição de áreas verdes e de nascentes de rios no bairro. Pediu investigação. O vereador Orlando Palhinha contou ter estado com o prefeito no lançamento de cinco Ordens de Serviço no Mané Dendê. Enumerou os muitos equipamentos envolvidos nessa ação, inclusive habitações populares, num investimento de mais de 200 milhões. Refutou acusações de que tentava relacionar sua imagem a obras municipais, as quais afirmou serem suprapartidárias. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Daniel Alves (13 a 15 de março) e Duda Sanches (27 de março). O senhor presidente anunciou a votação do Projeto de Resolução n. 13/23, após acordo para dispensa de formalidades regimentais. O Projeto de Resolução n. 13/23 foi discutido, votado e aprovado até a Redação Final. A

vereadora Laina Crisóstomo expôs a importância do aniversário de Salvador, em 29 de março. Destacou a necessidade de a Prefeitura promover não apenas festas e *shows*, mas, também, políticas públicas contra a violação dos direitos humanos. Informou que também era advogada e idealizadora da ONG TamoJuntas, e que, no dia seguinte, atuaria como assistente de acusação no júri de um caso de feminicídio. Clamou por justiça pelas mulheres vítimas de violência, ressaltando que as mulheres negras sofriam ainda mais. Lembrou que março era o mês da luta pela liberdade das mulheres. Convidou todos para o Ato Contra o Feminicídio e por Justiça a Rosa Crispina na quarta-feira, às 8h, em frente ao Fórum Ruy Barbosa. O vereador Átila do Congo reclamou que fora questionado por vereadores sobre se iria criticar a Prefeitura e esclareceu que sua função como vereador era fiscalizá-la, independente de ser aliado ou não. Afirmou que a Proposição do vereador Alexandre Aleluia para inserir um Artigo na Lei dos serviços de motoristas por aplicativos em Salvador, autorizando o transporte individual de passageiros por meio de motocicletas, não resolveria a situação dos motociclistas. Avaliou que essa ação era apenas uma estratégia eleitoreira do vereador Alexandre Aleluia e que a questão deveria ser examinada pelo Colégio de Líderes. O vereador Carolino criticou obra do Governo do Estado em Pirajá que vinha afetando o futebol de várzea, prática antiga cuja importância sublinhou, pela dimensão recreativa e por revelar talentos. Pediu atenção da Comissão de Educação, Esporte e Lazer. Contou ter sido recebido pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), José Trindade, que concordara quanto aos problemas por ele apresentados. Pediu a suspensão da obra, em nome das crianças e adultos de uma comunidade carente e sem acesso a clubes sociais. Para tanto, pediu a atenção do vereador Kiki Bispo. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia refutou o discurso do vereador Átila do Congo, rejeitando o que lhe fora imputado e afirmando que cada vereador trabalhava à sua própria maneira. Lembrou a máxima jurídica de que o que não é proibido é permitido e lembrou que motocicleta também era veículo. Destacou o

respaldo judicial que tivera mediante uma liminar. O senhor presidente comentou sobre a denúncia apresentada pelo vereador Arnando Lessa, explicando que a área atingida era pública e pedindo que se buscasse a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), através de seu gestor João Xavier. Disse esperar que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) também atuasse na questão. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo declarou esperar resposta do secretário João Xavier. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança da Oposição, o vereador Arnando Lessa destacou que a denúncia apresentada era embasada por fotos dos moradores, as quais ilustravam a destruição ambiental. Informou Ofício ao INEMA. Sublinhou que destruição de nascente era crime inafiançável e observou que o bairro de Valéria já sofria com problemas que não havia em bairros nobres. Disse que esperava investigação da SEDUR, a qual também oficiara, e que o INEMA poderia dar explicações de cunho ambiental sobre os danos havidos. Assumiu a Presidência o vereador Isnard Araújo. Foi promulgada a Resolução n. 3.172/23. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo convidou para o lançamento da Ordem de Serviço para o Hospital da Criança, na manhã seguinte, às 8h30. O vereador Paulo Magalhães Júnior saudou a Cidade de Salvador pelos 474 anos de fundação. Noticiou que esteve no Subúrbio Ferroviário com o prefeito Bruno Reis, onde foram assinadas Ordens de Serviço para intervenções de urbanização e saneamento. Enalteceu a gestão de Bruno Reis, destacando que ele, assim como seu antecessor ACM Neto, investia a maior parte da receita da Prefeitura em bairros carentes. O vereador Ricardo Almeida elogiou o Projeto de Lei do vereador Augusto Vasconcelos sobre a obrigatoriedade da Capoeira nas escolas municipais. Destacou a importância cultural e histórica da Capoeira, assim como o crescimento socioeconômico que o Projeto traria para os mestres de capoeira. Ressaltou, ainda, a contribuição do ensino da capoeira para a melhora da segurança pública, por tirar jovens da criminalidade. Propôs que o Governo do Estado apresentasse um projeto com o mesmo teor. Em aparte, o vereador Augusto Vasconcelos informou

que já existia uma Lei estadual para o ensino de Capoeira nas escolas públicas, a Lei Moa do Katendê. Acrescentou que se discutia, com a Secretaria da Educação, a sua regularização, para se colocá-la em prática. Enalteceu a Capoeira como instrumento de transformação, resistência e ancestralidade, e clamou pela derrubada do Veto ao seu Projeto sobre o tema. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO